



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10320.000650/2009-32
Recurso nº Voluntário
Resolução nº 1801-000.261 – 1ª Turma Especial
Data 08 de agosto de 2013
Assunto Simples Nacional
Recorrente F C MORAES AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO
Recorrida FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o presente julgamento em realização de diligência nos termos do voto do relator.

(assinado digitalmente)

Ana de Barros Fernandes – Presidente

(assinado digitalmente)

Luiz Guilherme de Medeiros Ferreira – Relator

Composição do colegiado: Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Maria de Lourdes Ramirez, Cláudio Otavio Melchiades Xavier, Carmen Ferreira Saraiva, Leonardo Mendonça Marques, Luiz Guilherme de Medeiros Ferreira e Ana de Barros Fernandes.

Relatório

Adoto o relatório da DRJ por bem descrever os fatos:

O processo versa sobre migração automática do contribuinte, em 01/07/2007, a partir da sistemática do Simples Federal para o regime do Simples Nacional, de que trata o artigo 18 da Resolução CGSN no 04, de 30/05/2007 (fl. 05).

Em 25/06/2009, a Seção de Fiscalização da DRF de São Luís elaborou

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001
representação fiscal para que fosse averiguada a regularidade da opção tácita do administrado no Simples Nacional, já que a pessoa jurídica possui CNAE nº 7912- Autenticado digitalmente em 12/03/2014 por LUIZ GUILHERME DE MEDEIROS FERREIRA, Assinado digitalmente e em 18/03/2014 por ANA DE BARROS FERNANDES, Assinado digitalmente em 12/03/2014 por LUIZ GUILHERME DE MEDEIROS FERREIRA

Impresso em 19/03/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

1/00, relativo a "operadores turísticos", atividade essa impedida de atuar no referido regime (fl. 01). - Em 24/09/2009, a. DRF de origem proferiu o Ato Declaratório- Executivo (11. 14), no qual excluiu a pessoa jurídica do Simples Nacional, com efeito a partir de 01/07/2007, "em virtude de exercer atividade econômica - vedada de operador turístico, configurada como intermediação de negócios, nos termos do art. 17, inciso XXI, da Lei Complementar nº. 123, de 2006".

Irresignado, o contribuinte apresentou manifestação de inconformidade (fl. 17) contra o referido ato administrativo, alegando, em suma, que: (i) a pessoa jurídica se encontra regular com o. Fisco Federal; (ii) não exerce a atividade citada como impeditiva; (iii) está providenciando a alteração contratual, na qual será excluída tal atividade."

A decisão da DRJ negou provimento à manifestação de inconformidade alegando estar a recorrente enquadrada em atividade vedada ao Simples Nacional consoante **Resoluções CGSN no 06**, de 18/06/2007, nº 20, de 15/08/2007 e nº 50, de 22/12/2008 (fl. 62).
1 Em seu Recurso Voluntário a recorrente alega:

"1 — O contribuinte nunca possuiu no seu contrato social a atividade de Operadora Turístico, na época houve uma alteração no código CNAE, e neste momento esta secretaria colocou códigos atualizados e os semelhantes para cada CNPJ onde tinha código novo, dai então colocou o código 7912/1-00 operadores turístico isto colocado pela Secretaria da Receita Federal, em anexo incluímos cópias da constituição e suas alterações para melhor analise.

2 — Trata- se que o contribuinte foi enquadrada como participante do simples nacional automaticamente e não possuía nenhum impedimento tanto que foi reconhecido pelo comitê gestor como optante desde 01.07.2007.

3 — Quanto aos impostos todos foram recolhidos com códigos do Simples Nacional de acordo com o regime deferido pela própria RFB.

4 — Se a exclusão for confirmado com data retroativa como cita no despacho será claro o prejuízo e muitos transtornos para trocar códigos, DARF, regime e principalmente alíquotas de imposto.

5 — O processo se demorou anos para ser tomado esta decisão o que acarretara alem de diferença de alíquota como já citado vai gerar multa e juros, valor este que o contribuinte se nega a pagar."

É o relatório.

Voto

Conselheiro Luiz Guilherme de Medeiros Ferreira, Relator.

Conheço do Recurso Voluntário por tempestivo. Cientificada em 02/03/2011, a recorrente apresenta seu recurso em 01/04/2011.

No mérito o presente processo não se encontra apto a julgamento.

Com efeito, não há nos autos prova concreta de que o Recorrente realmente exerce atividade de Operador Turístico, tendo sua exclusão do Simples Nacional baseado-se fundamentalmente em seu CNAE de atividade de Operador Turístico.

Tratando-se a atividade de Operador Turístico de atividade “concomitante” de acordo com o anexo II da CGSN nº 6, o contribuinte não deveria ter sido submetido a migração automática.

Conforme prescreve o parágrafo único do artigo 3 da CGSN 06 “*A ME ou a EPP que exerce atividade econômica cujo código da CNAE conste do Anexo II não participará da migração prevista no art. 18 da Resolução CGSN nº 4, de 2007 , podendo, entretanto, efetuar a opção de acordo com o art. 7º da mesma Resolução, sob condição de declaração de que exerce tão somente atividades permitidas no Simples Nacional.*

Dessa forma, o fato de ter sido indevidamente submetida à migração automática impediu a recorrente de fazer sua declaração de exercício de atividade permitida, declaração esta que segundo a legislação de regência seria suficiente a mantê-la no Simples Nacional.

Assim, a efetiva verificação pela autoridade fiscal das atividades exercidas pela Recorrente trata-se de medida imperativa para permitir sua exclusão do regime.

Diante do exposto voto por converter o julgamento em diligencia para que a unidade de jurisdição da contribuinte verifique, por meio de documentação (Notas Fiscais, Contratos, Contabilidade) se a recorrente efetivamente desempenha atividade de Operador Turístico ou de Agente de Viagens como alegado em sua defesa.

(assinado digitalmente)

Luiz Guilherme de Medeiros Ferreira - Relator